

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RANESSA LAUREANO WANDERLEI

**SITUAÇÃO FISCAL DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA  
ANÁLISE COMPARATIVA 2018 X 2021**

NATAL  
2022

RANESSA LAUREANO WANDERLEI

**SITUAÇÃO FISCAL DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA  
ANÁLISE COMPARATIVA 2018 X 2021**

Trabalho de Conclusão da graduação apresentado ao curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Pedro Lopes de Araújo Neto

NATAL  
2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Wanderlei, Ranessa Laureano.

Situação fiscal do governo do Rio Grande do Norte: uma análise comparativa 2018 X 2021 / Ranessa Laureano Wanderlei. - 2022.

32f.: il.

Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Ciências Contábeis, Natal, RN, 2022.

Orientador: Prof. Me. Pedro Lopes de Araújo Neto.

1. Contabilidade pública - Monografia. 2. Análise financeira governamental - Monografia. 3. Gestão pública - Monografia. 4. Orçamento público - Monografia. I. Araújo Neto, Pedro Lopes de. II. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 657:336.13

RANESSA LAUREANO WANDERLEI

**SITUAÇÃO FISCAL DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA 2018 X 2021**

Trabalho de Conclusão da graduação  
apresentado ao curso de Ciências  
Contábeis do Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas da Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte.

Aprovado em: 16/12/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Pedro Lopes de Araújo Neto  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena  
Examinador

---

Prof. Marcelo de Santana Porte  
Examinador

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral analisar se houve melhora na condição financeira do estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 2018 e 2021, com base nas informações contábeis extraídas dos relatórios oficiais disponibilizados no Portal da Transparência do Governo do Estado. Para se concretizar o objetivo geral do trabalho, foi realizado um estudo comparativo utilizando uma série de indicadores contábeis para ambos os anos de referência. De acordo com os resultados obtidos, aferiu-se que as contas anuais referentes ao exercício de 2018 estavam artificialmente infladas pelo não empenho de despesas com pessoal referentes a quatro folhas de pagamentos, o que gerou reflexos na contabilidade dos exercícios financeiros subsequentes, que tiveram que arcar com as despesas em atraso. Quando ajustados pelos valores correspondentes às folhas de pagamento não corretamente empenhadas, os indicadores contábeis demonstraram evolução nas finanças do estado do Rio Grande do Norte significativamente superior àquela observada nos demonstrativos oficiais.

Palavras-chaves: Contabilidade Governamental. Análise Financeira Governamental. Gestão Pública.

## **ABSTRACT**

The general objective of this work is to analyze whether there was an improvement in the financial condition of the state of Rio Grande do Norte between the years 2018 and 2021, based on accounting information extracted from the official reports made available on the Portal da Transparência do Governo do Estado. In order to achieve the general objective of the work, a comparative study was performed using a series of accounting indicators for both reference years. According to the results obtained, it was found that the annual accounts for the 2018 financial year were artificially inflated due to the non-commitment of personnel expenses related to four payrolls, which had an impact on the accounting of subsequent financial years, which had to bear the overdue expenses. When adjusted by the values corresponding to payrolls not correctly committed, the accounting indicators showed a significantly higher evolution in the finances of the state Rio Grande do Norte than that observed in the official statements.

Keywords: Governmental accounting. Government financial condition. Public administration.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DESPESAS DE PESSOAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES EMPENHADAS ENTRE 2019 E MAIO DE 2022.....	21
TABELA 2: DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	23
TABELA 3: DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA AJUSTADA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	23
TABELA 4: RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL DO ESTADO DO RN EM 2018 E 2021.....	24
TABELA 5: RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS DO ESTADO DO RN EM 2018 E 2021.....	24
TABELA 6: DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	25
TABELA 7: DESPESA ORÇAMENTÁRIA AJUSTADA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	25
TABELA 8: DESPESA ORÇAMENTÁRIA EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	26
TABELA 9: DESPESA ORÇAMENTÁRIA EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA AJUSTADA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	26
TABELA 10: RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	26
TABELA 11: RESULTADO ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	27
TABELA 12: RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	27
TABELA 13: RESULTADO PRIMÁRIO AJUSTADO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	27
TABELA 14: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	28
TABELA 15: COBERTURA DE CUSTEIO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	28
TABELA 16: COBERTURA DE CUSTEIO AJUSTADA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	29

TABELA 17: DESPESA COM PESSOAL CONSOLIDADA DO ESTADO DO RN EM 2021.....	29
TABELA 18: DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	30
TABELA 19: DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.....	30
TABELA 20: GRAU DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021.	31

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	10
1.2	JUSTIFICATIVA.....	13
1.3	OBJETIVOS DO TRABALHO.....	13
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
2.1	FEDERALISMO FISCAL E ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA.....	15
2.2	DEFINIÇÃO DOS INDICADORES CONTÁBEIS.....	16
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>23</b>
4.1	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA.....	23
4.2	RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	24
4.3	DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	25
4.4	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	26
4.5	RESULTADO PRIMÁRIO.....	27
4.6	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	28
4.7	COBERTURA DE CUSTEIO.....	28
4.8	DESPESA COM PESSOAL.....	29
4.9	GRAU DE ENDIVIDAMENTO.....	31
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>34</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Nos últimos anos, o Rio Grande do Norte enfrentou uma crise fiscal, com sucessivos anos de resultados negativos, a qual levou o Governo do Estado a publicar o Decreto nº 28.689, de 2 de janeiro de 2019, decretando estado de calamidade pública financeira.

A condição financeira é definida por Berne (1992) como a probabilidade do governo satisfazer suas obrigações financeiras tão logo elas sejam exigidas, bem como suas obrigações de prestação de serviços para com os seus cidadãos, inclusive no futuro.

Dificuldades financeiras que afetam a condição financeira de um governo, como a redução de receitas ou deficiências na oferta de serviços públicos à comunidade, representam problemas fiscais (LIMA & DINIZ, 2016), quadro também denominado na literatura por tensão fiscal, *stress* fiscal, dificuldade financeira, crise financeira, entre outros.

Donato (2020) identificou que níveis elevados dos indicadores de gasto com pessoal, restos a pagar, e de dívida são fatores que aumentam a probabilidade de *stress* fiscal nos estados brasileiros, ao passo que quanto maior o montante de receitas, sejam elas arrecadadas diretamente pelos estados ou fruto de transferências do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, diminuem a probabilidade de ocorrência de *stress* fiscal.

Ainda de acordo com Donato, decisões financeiras de um exercício têm repercussões no exercício seguinte com impacto na situação fiscal dos estados.

Em dezembro de 2018, o então futuro Secretário de Estado do Planejamento e das Finanças do Governo do Rio Grande do Norte, Aldemir Freire, afirmou em

entrevista à Tribuna do Norte que o governo que saía (2015-2018) deixaria R\$ 2,6 bilhões em dívidas, e que o orçamento teria sido aprovado para 2019 com um déficit estimado de R\$ 1,8 bilhão, segundo ele:

A dívida inclui salários de servidores atrasados, dívida com os fornecedores do Estado, falta de repasse aos Poderes, retenção de consignados aos bancos e o gasto obrigatório com a saúde. Somente com salários dos servidores atrasados este ano são R\$ 1 bilhão de reais devidos. Isso inclui o salário de dezembro, o 13º salário de 2017 e 2018 e uma parcela da folha de novembro. A maior dívida são com os fornecedores do Estado. O valor chega a R\$ 1,2 bilhão, mas pode aumentar até o último dia deste ano.

Situação potencializada pela pandemia de COVID-19 que causou um estado de emergência sanitária nacional a partir de fevereiro de 2020.

Na entrega da prestação de contas do ano de 2021 à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, registrando superávit orçamentário pelo segundo ano consecutivo, a governadora Fátima Bezerra proferiu: “Em meio à calamidade financeira que encontramos o Estado, aos poucos, conseguimos arrumar a casa e recuperar a capacidade de investimento do nosso RN”.

Logo, tem-se manifesto dois exercícios financeiros chaves para entender a condição financeira do Rio Grande do Norte, aquele referente ao ano de 2018, quando se aprofundou a crise fiscal no estado, com acúmulo de atrasos no pagamento a servidores e fornecedores, culminando no decreto de estado de calamidade financeira imediatamente após a troca de governo; e o ano de 2021, quando o governo declara que o Estado caminha para equilibrar suas contas.

Pela análise do CAPAG, a classificação de risco elaborada pelo Tesouro Nacional que avalia a capacidade de pagamento para fins de concessão de crédito com garantia da União aos entes subnacionais, o Rio Grande do Norte recebeu nota C em novembro de 2021 numa avaliação que vai de A (melhor situação fiscal) a D (pior situação fiscal).

Para mitigar a sua situação fiscal, em janeiro de 2022 o Rio Grande do Norte aderiu ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) do Tesouro Nacional para promover o equilíbrio fiscal e melhorar a capacidade de pagamento do Estado.

Destarte as notícias e fatos ocorridos na gestão do Governo do RN entre 2018 e 2021, observa-se que, pela análise inicial dos valores efetivamente dispostos nos demonstrativos contábeis oficiais, em geral, o ano de 2018 apresentou resultados melhores que em 2021.

Fato que remete a reflexão que se a situação financeira do estado era de fato tão favorável em 2018, tendo registrado inclusive um resultado orçamentário superavitário de 788 milhões de reais, porque o governo do estado atrasou salários e fornecedores?

Acontece, contudo, que as folhas dos servidores em atraso, totalizando mais de R\$ 1 bilhão, que foram pagas durante o quadriênio 2019-2022, tendo o Governo do Rio Grande do Norte quitado a última parcela referente a esses valores em 23 de maio de 2022, não tinham sido empenhados em 2018 e portanto estavam fora da contabilidade.

Assim, se faz necessário promover ajustes nas informações financeiras do Estado e a partir de então responder ao seguinte questionamento, visando apurar a fidelidade das informações prestadas pelos gestores do Governo do RN: **Os relatórios contábeis indicam efetivamente melhora na situação fiscal do Estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 2018 e 2021?** Confrontando os dois exercícios financeiros que representaram marcos da crise fiscal estadual dos últimos anos.

Para tanto, foi realizada uma avaliação da condição financeira governamental através de um modelo de análise formulado pela autora, utilizando um conjunto de indicadores contábeis.

De acordo com a Federação Internacional dos Contadores (IFAC, 1991 apud LIMA & DINIZ, 2016) “indicadores são necessários para ajudá-los [os usuários da

informação financeira governamental] a avaliar se a condição financeira dos governos e das unidades melhorou ou piorou ao longo do tempo”.

Foram selecionados os seguintes indicadores específicos do governo, que são indicadores sobre as finanças governamentais derivados das demonstrações contábeis: Disponibilidade de Caixa Líquida; Receita Orçamentária; Despesa Orçamentária; Resultado Orçamentário; Resultado Primário; Receita Corrente Líquida; Cobertura de Custeio; Despesa com Pessoal; e Grau de Endividamento.

Os dados analisados foram coletados junto aos relatórios contábeis disponibilizados no Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Norte e nos bancos de dados do SICONFI e do IBGE.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Compreender e monitorar a condição financeira do governo é essencial para um bom planejamento financeiro, tendo em vista as obrigações do estado com a saúde, a educação, a segurança, a assistência social e demais direitos sociais da população garantidos pela constituição federal.

Com essa perspectiva, esse estudo visa sustentar a melhor tomada de decisão por parte de gestores, cidadãos, fornecedores e credores, órgãos de controle e demais usuários da informação contábil, bem como, contribuir para ampliar o entendimento da condição financeira no setor público nacional.

## 1.3 OBJETIVOS DO TRABALHO

O objetivo geral do trabalho é analisar **se os relatórios contábeis de 2018 e 2021 apontam melhora na situação fiscal do Estado do Rio Grande do Norte**

**durante esse período**, e, com base na informação contábil mais recente, investigar a sua capacidade de manter o nível de serviços existentes à comunidade e de satisfazer suas obrigações financeiras.

Tem ainda como objetivos específicos:

- Promover a comparação de indicadores contábeis selecionados referentes aos exercícios financeiros de 2018 e 2021;
- Calcular o impacto orçamentário causado pelo não empenho de quatro folhas de pagamento referentes a 2017 e 2018 na contabilidade de 2018 e nos anos subsequentes e efetuar os ajustes contábeis correlatos;
- Ajustar os valores monetários dos indicadores contábeis do ano de 2018 pela inflação acumulada até 31 de dezembro de 2021 para viabilizar a comparabilidade entre os exercícios financeiros.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 FEDERALISMO FISCAL E ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA

O presente trabalho fundamenta-se nas teorias do federalismo fiscal e da condição financeira.

O federalismo fiscal é a descentralização de competências fiscais entre diferentes níveis de governo, de forma que compete ao governo central as funções estabilizadora e distribuidora e os governos regionais e locais ficam responsáveis pela função alocativa de recursos.

No Brasil, após um período de centralização fiscal durante a ditadura militar, a constituição federal de 1988 ampliou as responsabilidades dos estados e municípios com os serviços públicos (Estado de Bem-Estar Social) ao mesmo tempo em que delimitou ao governo federal a arrecadação da maior parte dos tributos.

Nesse sistema, os estados brasileiros atuam sob restrições orçamentárias impostas pela própria constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e por outras leis que tratam das finanças públicas no Brasil que estabelecem, por exemplo, percentuais mínimos a serem investidos em saúde e educação e um limite de gastos com pessoal, reduzindo sua autonomia.

A teoria da condição financeira surge na década de 70 nos Estados Unidos, quando cidades como Cleveland e Nova York enfrentam graves crises financeiras, acarretando problemas sociais como aumento do desemprego e da pobreza e redução do nível de serviços prestados a população (LIMA & DINIZ, 2016).

O Governmental Accounting Standards Board (GASB), órgão regulador da contabilidade pública dos Estados Unidos, definiu a condição financeira governamental como a capacidade de um governo em continuar ofertando serviços

à comunidade e satisfazer suas obrigações financeiras quando exigidas (GASB, 1987).

Situações de estresse fiscal preocupam porque sabe-se que a boa saúde financeira dos entes governamentais é essencial para o fornecimento, de forma adequada e ininterrupta, de diferentes tipos de serviços públicos para satisfazer as necessidades e garantir o bem-estar da população (LIMA & DINIZ, 2016).

A mera avaliação dos relatórios contábeis convencionais como o balanço patrimonial e demonstrativos orçamentários é insuficiente para a análise da condição financeira governamental, que agrega em seu conceito não só a posição financeira da entidade, mas também fatores externos ambientais, demográficos, políticos e econômicos.

Devido à complexidade da análise da condição financeira, a mesma não pode ser mensurada a partir de uma única variável, mas sim por um conjunto de indicadores multidimensionais, e nesse sentido, ao longo dos anos, diversos modelos de avaliação da condição financeira dos entes governamentais foram publicados por diversos pesquisadores, como Berne & Schramm (1986); Brown (1993); Groves & Valente (2003); Kavanagh (2007); e Wang, Dennis & Tu (2007).

## 2.2 DEFINIÇÃO DOS INDICADORES CONTÁBEIS

Para o presente estudo foi elaborado um modelo de análise financeira governamental englobando as dimensões de solvência de caixa, análise da receita e dos gastos, solvência orçamentária e solvência de longo prazo.

Os indicadores selecionados para esse fim foram Disponibilidade de Caixa Líquida; Receita Orçamentária; Despesa Orçamentária; Resultado Orçamentário; Resultado Primário; Receita Corrente Líquida; Cobertura de Custeio; Despesa com Pessoal; e Grau de Endividamento.

A **Disponibilidade de Caixa Líquida** é a disponibilidade de caixa bruta deduzida das obrigações financeiras.

A **Receita Orçamentária** é definida pelo Manual de Contas Aplicado ao Setor Público do Tesouro Nacional (MCASP) como “disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição”.

A **Despesa Orçamentária** é definida pelo MCASP como “o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade”, e esclarece ainda que, “toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada”.

Obtém-se o **Resultado Orçamentário** pelo confronto entre a Receita Orçamentária e a Despesa Orçamentária. Quando o Resultado Orçamentário é positivo é chamado de superavitário, e quando é negativo de deficitário.

O **Resultado Primário** é o resultado das contas públicas uma vez excluídos os juros e corresponde a diferença entre receitas primárias (tributos, concessões, vendas de ativos) e despesas primárias (aposentadorias, pensões, salários, custeio, obras). Configura-se déficit primário se o resultado for negativo, ou superávit primário, se positivo.

Conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), a **Receita Corrente Líquida** corresponde ao somatório consolidado dos últimos 12 meses das receitas tributárias e de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos, no âmbito estadual, dos valores repassados aos municípios por obrigação constitucional e da contribuição dos servidores ao regime próprio de previdência e compensação financeira entre os regimes de previdência.

A **Cobertura de Custeio** é um indicador de solvência orçamentária de curto prazo dado pela relação entre a Despesa Corrente (despesa que não contribui diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital) e a Receita Corrente Líquida.

A **Despesa com Pessoal** estadual por exercício financeiro é limitada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em no máximo 60% da Receita Corrente Líquida ajustada, dos quais 49% são reservados para o poder executivo estadual e os outros 11% são repartidos entre o legislativo, o judiciário e o Ministério Público estadual. A LRF estabelece ainda os limites prudenciais e de alerta, respectivamente, 95% e 90% dos limites máximos.

O MCASP classifica o grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais da seguinte forma:

Despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Para fins de cálculo dos limites legais da Despesa com Pessoal, a Receita Corrente Líquida é ajustada pela dedução das transferências obrigatórias da união relativas as emendas individuais e de bancada.

O **Grau de Endividamento** é um indicador de solvência de longo prazo dado pela razão entre a Dívida Consolidada Líquida (montante da Dívida Pública Consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros) e a Receita Corrente Líquida.

Para fins de cálculo do limite de endividamento, a Receita Corrente Líquida é ajustada pela dedução das transferências obrigatórias da união relativas as emendas individuais.

### 3 METODOLOGIA

Conforme a proposta desse estudo foram selecionados diversos indicadores contábeis, e a partir de dados coletados dos demonstrativos contábeis oficiais disponibilizados no site do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Norte foi feita uma análise horizontal comparando os resultados contábeis dos anos de 2018 e 2021.

Foram selecionados nove indicadores contábeis para análise: Disponibilidade de Caixa Líquida; Receita Orçamentária; Despesa Orçamentária; Resultado Orçamentário; Resultado Primário; Receita Corrente Líquida; Cobertura de Custeio; Despesa com Pessoal; e Grau de Endividamento.

Utilizou-se os dados consolidados, e, quando disponíveis, também os dados do poder executivo.

Foi observado que despesas de pessoal do ano de 2018 não foram empenhadas na época própria, que ensejou na publicação em dezembro de 2019 da Lei nº 10.630, que autorizou a abertura de crédito extraordinário ao Orçamento Geral do Governo do RN de R\$ 1.779.169.000,00 (um bilhão, setecentos e setenta e nove milhões, e cento e sessenta e nove mil reais).

A finalidade do valor aprovado foi, segundo a lei, suplementar dotações orçamentárias que garantiram o pagamento de folhas do ano de 2019, assim como regularizar os empenhos de despesas de exercícios anteriores, na forma do seu Anexo Único.

Dessa forma, entre 2019 e maio de 2022, mês da quitação da última das quatro folhas de pagamento em atraso, foram lançadas na contabilidade do estado despesas de exercícios anteriores empenhadas e liquidadas referentes a Pessoal e Encargos no valor total de R\$ 1.042.424.236,28 (um bilhão, quarenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e seis reais, e vinte e oito centavos), conforme a tabela abaixo:

TABELA 1: DESPESAS DE PESSOAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES  
EMPENHADAS ENTRE 2019 E MAIO DE 2022

Ano	Valor
2019	R\$ 731.994.000,00
2020	R\$ 51.476.402,74
2021	R\$ 234.551.282,66
2022 (janeiro a maio)	R\$ 24.402.550,88
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.042.424.236,28</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

A partir desses dados foi feito um ajuste contábil nos dois anos referência do trabalho, com efeito nos indicadores: Disponibilidade de Caixa Líquida; Despesa Orçamentária; Resultado Orçamentário; Resultado Primário; Despesa Corrente; e Despesa com Pessoal. Os demais indicadores não são afetados.

1. No ano de 2018, somou-se a título de despesa com pessoal e encargos o valor acima totalizado, R\$ 1.042.424.236,28 (um bilhão, quarenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e seis reais, e vinte e oito centavos).

2. No ano de 2021, deduziu-se da despesa o valor empenhado de despesas de pessoal e encargos referentes a exercícios anteriores durante o exercício financeiro, R\$ 234.551.282,66 (duzentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais, e sessenta e seis centavos).

Ressalva-se entretanto que uma pequena parte desse valor pode não corresponder ao exercício financeiro de 2018, em volume não relevante para causar grandes distorções dentro da proposta do presente estudo.

Após a coleta de todos os dados demandados pelos indicadores, com o suporte da ferramenta LibreOffice Calc, seguiu-se para o tratamento dos dados, a partir dos quais se depreende os resultados detalhados na próxima seção.

Todos os valores são expressos em moeda nacional e, para efeito de comparabilidade, os valores monetários dos anos de 2018 foram corrigidos pelo

IPCA acumulado para valores de dezembro de 2021, de forma a combater o efeito da inflação no período.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA

Para a análise da Disponibilidade de Caixa foram considerados os demonstrativos consolidados da Disponibilidade de Caixa Líquida após a inscrição de restos a pagar não processados do exercício.

TABELA 2: DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Nominal	-R\$ 1.192.751.289,88	-R\$ 2.045.017.081,27
Corrigida IPCA	-R\$ 1.431.137.544,55	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

Pelos valores registrados nos demonstrativos contábeis dos exercícios financeiros em análise, a Disponibilidade de Caixa evoluiu desfavoravelmente no período, passando de um caixa negativo em 2018 de 1,19 bilhão de reais em 2018 para 2,04 bilhões negativos em 2021 em valores nominais.

Em seguida, a Disponibilidade de Caixa foi ajustada pelos valores correspondentes as folhas de pagamento não empenhadas em 2018 e pagas em atraso em 2021, respectivamente. Uma vez que se corretamente empenhadas em 2018, ainda que não fossem pagas no exercício em questão os valores correspondentes seriam inscritos em restos a pagar e deduzidos da Disponibilidade Líquida de Caixa:

TABELA 3: DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA AJUSTADA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Ajustada	-R\$ 2.235.175.526,16	-R\$ 1.810.465.798,61
Ajustada + Corrigida IPCA	-R\$ 2.681.903.294,76	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

A Disponibilidade de Caixa Líquida pós-ajuste corresponde a 2,23 bilhões reais negativos em 2018 ou 2,68 bilhões negativos quando corrigida pela inflação no

período e melhora em 2021 quando seria registrado 1,81 bilhão de reais de caixa negativo, embora ainda permanecesse no vermelho.

#### 4.2 RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Quanto a Receita Orçamentária, dois dados foram considerados na análise, a Receita Orçamentária Total e a Receita Orçamentária excetuando as Receitas Intraorçamentárias, em ambos os casos são consideradas apenas as receitas realizadas.

TABELA 4: RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL DO ESTADO DO RN EM 2018 E 2021

	2018	2021
Nominal	R\$ 11.486.686.528,42	R\$ 15.395.717.409,13
Corrigida IPCA	R\$ 13.782.444.414,68	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

A Receita Orçamentária total cresceu de R\$ 11,48 bilhões em 2018 para R\$ 15,39 bilhões em 2021, em valores nominais, o que equivale a um crescimento real de 11,71% no período, uma vez corrigida pela inflação.

TABELA 5: RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS DO ESTADO DO RN EM 2018 E 2021

	2018	2021
Nominal	R\$ 10.189.310.972,15	R\$ 13.420.904.138,39
Corrigida IPCA	R\$ 12.225.772.136,32	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

Já a Receita Orçamentária exceto Receitas Intraorçamentárias, ou seja, desconsiderando aquelas decorrentes de transações entre diferentes órgãos do próprio governo estadual, cresceu um pouco menos no mesmo período, de 10,18 bilhões para 13,42 bilhões reais, nominalmente, ou de 12,22 bilhões de reais em 2018 para os mesmos 13,42 bilhões em 2021, em valores corrigidos, o que equivale a 9,87%.

### 4.3 DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A Despesa Orçamentária também se subdivide em dois itens, a Despesa Orçamentária Total e a Despesa Orçamentária exceto Despesas Intraorçamentárias. São consideradas como despesas os valores empenhados.

TABELA 6: DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Nominal	R\$ 10.697.819.148,01	R\$ 15.047.708.084,86
Corrigida IPCA	R\$ 12.835.912.027,48	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

A Despesa Orçamentária cresceu nominalmente de 10,69 bilhões de reais em 2018 para pouco mais de 15,04 bilhões em 2021. Se considerarmos os valores corrigidos, no entanto, houve variação de 17,23%, superior ao crescimento da Receita Orçamentária no mesmo período.

Quando corrigimos os valores de Despesa Orçamentária Total em ambos os anos com o valor de Despesas com Pessoal pagas em atraso no período, temos:

TABELA 7: DESPESA ORÇAMENTÁRIA AJUSTADA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Ajustada	R\$ 11.740.243.384,29	R\$ 14.813.156.802,20
Ajustada + Corrigida IPCA	R\$ 14.086.677.777,68	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

De forma que, caso todas as folhas de pagamento do exercício tivessem sido corretamente empenhadas, o valor de despesas total em 2018 teria sido 11,74 bilhões de reais em valores da época, ou 14,08 bilhões corrigidos para valores de 2021. Por outro lado, ao retirar da despesa empenhada em 2021 os valores referentes a despesas de exercícios anteriores a título de pessoal e encargos, teríamos o valor de 14,81 bilhões de reais. Uma variação de 5,16% no período.

TABELA 8: DESPESA ORÇAMENTÁRIA EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Nominal	R\$ 9.418.288.761,36	R\$ 13.102.815.744,13
Corrigida IPCA	R\$ 11.300.651.498,93	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

Excluindo as Despesas Intraorçamentárias, a despesa do RN saltou de 9,41 bilhões de reais (11,3 bilhões corrigidos) para 13,10 bilhões no período em análise.

TABELA 9: DESPESA ORÇAMENTÁRIA EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA AJUSTADA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Ajustada	R\$ 10.460.712.997,64	R\$ 12.868.264.461,47
Ajustada + Corrigida IPCA	R\$ 12.551.417.249,13	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

Após o ajuste, a Despesa Orçamentária exceto Despesas Intraorçamentárias variou de 10,46 bilhões de reais em 2018 até 12,86 bilhões em 2021 em valores nominais ou ainda 2,52% de variação real.

#### 4.4 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário é fruto do confronto entre a Receita Orçamentária e a Despesa Orçamentária do exercício, desta forma temos:

TABELA 10: RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Nominal	R\$ 788.867.380,41	R\$ 348.009.324,27
Corrigido IPCA	R\$ 946.532.387,23	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

O Resultado Orçamentário variou bastante no período, tendo apresentado oficialmente um superávit de 788 milhões de reais em 2018, ou 946 milhões corrigidos, e um superávit de 348 milhões de reais em 2021.

Continuando o trabalho, ao confrontar as receitas registradas com as despesas ajustadas, tem-se:

TABELA 11: RESULTADO ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Ajustado	-R\$ 253.556.855,87	R\$ 582.560.606,93
Ajustado + Corrigido IPCA	-R\$ 304.233.362,98	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

O Resultado Orçamentário real de 2018 seria nominalmente deficitário em 253 milhões de reais, ou 304 milhões corrigidos, e o superávit de 2021 passaria a ser 582 milhões de reais.

#### 4.5 RESULTADO PRIMÁRIO

Similar ao Resultado Orçamentário, o Resultado Primário também apresenta grave distorção quando comparado os valores registrados na contabilidade e aqueles ajustados conforme o objetivo do estudo:

TABELA 12: RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Nominal	R\$ 488.541.196,50	R\$ 437.437.361,95
Corrigido IPCA	R\$ 586.182.261,39	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

Para os relatórios oficiais, houve redução do Resultado Primário no período, de 586 milhões de reais em 2018 (já corrigido pela inflação) para 437 milhões de em 2021 valores nominais.

TABELA 13: RESULTADO PRIMÁRIO AJUSTADO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Ajustado	-R\$ 553.883.039,78	R\$ 671.988.644,61
Ajustado + Corrigido IPCA	-R\$ 664.583.488,82	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

Ao ajustar o Resultado Primário, 2018 passa a apresentar um resultado negativo de 553 milhões de reais ou ainda 664 milhões quando corrigido pela inflação, já o exercício de 2021 teria um Resultado Primário positivo de 671 milhões de reais.

#### 4.6 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Foi observado um crescimento da Receita Corrente Líquida (RCL) entre os anos em análise, de 9,17 bilhões de reais em valor nominal no ano de 2018 para 12,24 bilhões de reais em 2021. Corrigindo os valores pela inflação até dezembro de 2021 para comparabilidade, o crescimento real no período foi de 11,28%.

TABELA 14: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Nominal	R\$ 9.171.543.562,55	R\$ 12.245.466.333,85
Corrigida IPCA	R\$ 11.004.591.187,82	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

#### 4.7 COBERTURA DE CUSTEIO

Para se chegar a Cobertura de Custeio, foi calculado o percentual da Despesa Corrente em relação a RCL no período de 2018 e 2021:

TABELA 15: COBERTURA DE CUSTEIO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Despesa Corrente	R\$ 8.013.258.048,69	R\$ 12.355.437.543,14
Despesa Corrente/RCL	87,37%	100,90%
Cobertura de Custeio	1,14	0,99

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

O índice de Despesa Corrente/Receita Corrente Líquida do estado aumentou entre os anos de 2018 e 2021 de 87,37% para 100,90% da receita corrente líquida, equivalentes a uma Cobertura de Custeio de 1,14 e 0,99, respectivamente.

Após correção da Despesa Corrente pelo valor total de despesas não empenhadas em 2018 a título de pessoal e encargos e sua parcela correspondente empenhada em 2021, tem-se:

TABELA 16: COBERTURA DE CUSTEIO AJUSTADA DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
Despesa Corrente Ajustada	R\$ 9.055.682.284,97	R\$ 12.120.886.260,48
Despesa Corrente Ajustada/RCL	98,74%	98,98%
Cobertura de Custeio Ajustada	1,01	1,01

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

A Despesa Corrente ajustada aumenta para 9,05 bilhões de reais em 2018 e para o exercício de 2021 ocorre uma pequena redução para 12,12 bilhões de reais quando comparado com os valores efetivamente contabilizados.

Em relação percentual à RCL respectiva de cada exercício, no entanto, a Despesa Corrente ajustada manteve-se estável em aproximadamente 99%, equivalente a uma Cobertura de Custeio ajustada de 1,01.

#### 4.8 DESPESA COM PESSOAL

Para o indicador Despesa com Pessoal, por falta de dados consolidados para todas as esferas de poder do estado do Rio Grande do Norte relativos ao exercício de 2018 no Portal da Transparência, foi possível apenas analisar a situação para o indicador no ano de 2021:

TABELA 17: DESPESA COM PESSOAL CONSOLIDADA DO ESTADO DO RN EM 2021

	2021
RCL ajustada	R\$ 12.199.921.434,83
Despesa com Pessoal Consolidada	R\$ 7.983.500.254,71
Despesa com Pessoal/RCL	65,44%

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

Observa-se que a Despesa com Pessoal consolidada, isto é, a soma das despesas com pessoal dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como do Ministério Público do RN, para o ano de 2021 foi de 7,98 bilhões de reais, o que

correspondeu a 65,44% da Receita Corrente Líquida ajustada pela dedução das transferências obrigatórias da união relativas as emendas individuais e de bancada, ultrapassando o limite máximo de 60% definido pela LRF.

Quanto a Despesa com Pessoal referente ao poder executivo, foi possível coletar os dados relativos a 2018 também:

TABELA 18: DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
RCL ajustada	R\$ 9.171.543.562,55	R\$ 12.199.921.434,83
Despesa com Pessoal do Poder Executivo	R\$ 4.914.707.238,19	R\$ 6.657.041.504,64
	53,59%	54,57%

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

O percentual da Despesa com Pessoal do Poder Executivo do estado em relação a RCL aumentou entre os anos de 2018 e 2021 de 53,59% para 54,57%.

Em que pese que, nos relatórios contábeis divulgados pelo estado, no ano de 2018 não constam deduções relativas as emendas parlamentares de forma que a RCL ajustada é a própria RCL.

TABELA 19: DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
RCL ajustada	R\$ 9.171.543.562,55	R\$ 12.199.921.434,83
Despesa com Pessoal do Poder Executivo Ajustada	R\$ 5.957.131.474,47	R\$ 6.422.490.221,98
	64,95%	52,64%

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

Quando efetuado o ajuste pelas folhas não empenhadas, o percentual de Despesa com Pessoal do Poder Executivo em relação à RCL em 2018 passa a ser 64,95% e em 2021 cai para 52,64%.

#### 4.9 GRAU DE ENDIVIDAMENTO

Por último, foi analisado ainda o indicador de Grau de Endividamento, nos termos da legislação aplicável.

TABELA 20: GRAU DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO RN DE 2018 E 2021

	2018	2021
RCL ajustada	R\$ 9.533.658.361,99	R\$ 12.242.458.472,89
Dívida Consolidada Líquida	R\$ 2.315.365.346,02	R\$ 4.225.103.797,82
Grau de Endividamento	24,29%	34,51%

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do portal da transparência.

A Dívida Consolidada Líquida praticamente dobrou no período, passando de 2,31 bilhões de reais em 2018 para 4,22 bilhões em 2021.

Em termos percentuais, o Grau de Endividamento aumentou de 24,29% para 34,51% da RCL ajustada no período. No entanto, tendo em vista que o endividamento é limitado em até 200% da RCL ajustada, o Estado do RN está confortavelmente abaixo do limite.

## 5 CONCLUSÃO

Esse trabalho visou investigar se os relatórios contábeis dos anos de 2018 e de 2021 indicam melhora na situação fiscal do Estado do Rio Grande do Norte durante esse período, e nesse sentido foi possível alcançar o objetivo disposto através da análise comparativa de alguns indicadores contábeis selecionados no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte durante o período.

Oficialmente, analisadas pelos valores efetivamente dispostos nos demonstrativos contábeis, as contas anuais referentes ao exercício de 2021 no geral apresentaram resultados piores do que as do exercício de 2018, com diminuição da Disponibilidade de Caixa Líquida; retração do Resultado Orçamentário e do Resultado Primário; redução da Cobertura de Custeio; aumento da Despesa com Pessoal; e crescimento do Grau de Endividamento.

Contudo, observou-se que o exercício financeiro 2018 estava artificialmente inflado pelo não empenho total ou parcial de quatro folhas de pagamentos, conforme abordado previamente no trabalho, o que causou reflexos na contabilidade dos anos subsequentes que tiveram que arcar com as despesas em atraso, de forma que a evolução real da situação contábil é superior aquela exposta nos demonstrativos oficiais.

Inclusive o Tribunal de Contas do Estado apontou na prestação de contas do Estado do Rio Grande do Norte para o ano de 2018 uma série de vícios e irregularidades, tendo apresentado parecer prévio pela sua reprovação.

De forma que, por exemplo, ao realizar o ajuste para inclusão das despesas referentes às folhas de pagamento não empenhadas em 2018, o Resultado Orçamentário para aquele ano deixa de ser superavitário em 788 milhões de reais e passa a registrar um déficit de 253 milhões de reais, o mesmo acontece com os demais indicadores referentes a Despesa com Pessoal ou que possuem Despesa com Pessoal na sua composição.

Por outro lado, para o exercício financeiro referente ao ano de 2021, têm-se que, ao realizar o ajuste para a dedução dos valores pagos durante o ano de despesas de exercícios anteriores referentes às folhas de 2018, os indicadores apresentam melhora. O Resultado Orçamentário, por exemplo, passa dos 348 milhões de reais oficializados nos demonstrativos contábeis para 582 milhões de reais.

Logo, por todo o exposto na análise de resultados, fica evidenciado que houve sim melhora na situação financeira do Rio Grande do Norte, embora parcialmente camuflada pela maquiagem contábil realizada em 2018.

Como ponto negativo, ressalta-se que a Despesa com Pessoal segue acima do limite legal tanto na consolidação contábil quanto dentro do próprio poder executivo estadual, e também o fato de que as Despesas Correntes representam uma parcela elevada das Receitas Correntes, restringindo a capacidade de investimento do ente governamental.

Destaca-se também que a dívida do Estado está controlada, embora o Grau de Endividamento tenha expandido de 24% a 34% da Receita Corrente Líquida num período de três anos, o percentual segue bem abaixo do limite legal.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras na área de análise financeira governamental sobre o estado do Rio Grande do Norte ampliem o período de análise para 2022 e além, para um melhor entendimento e análise da sua evolução financeira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGORA RN. **Fátima diz que o RN fechou o ano de 2021 com superávit de R\$ 348 mi.** 1 abr. 2022. Disponível em: <<https://agorarn.com.br/ultimas/fatima-diz-que-o-rn-fechou-o-ano-de-2021-com-superavit-de-r-348-mi/>>. Acesso em: 25 out. 2022.

BERNE, R. **The relationships between financial reporting and the measurement of financial condition.** Norwalk: Governmental Accounting Standards Board of the Financial Accounting Foundation, 1992.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3.ed. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012. 195. p.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo II – DOS DIREITOS SOCIAIS, Art. 6.** Brasília, DF: Senado Federal.

DONATO, Igor Thierry Silva. **Fatores financeiros determinantes do stress fiscal dos estados brasileiros.** 2020

GOVERNMENTAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (GASB). **Concepts Statement n. 1 of the Governmental Accounting Standards Board: Objectives of Financial Reporting.** Norwalk: 1987.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alves. **Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 28.689, de 2 de janeiro de 2019. **Decreta estado de calamidade financeira no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.**

RIO GRANDE DO NORTE. Lei n. 10.630, de 11 de dezembro de 2019. **Autoriza a abertura de crédito extraordinário ao Orçamento Geral de 2019, no valor de R\$ 1.779.169.000,00, para os fins que especifica.**

TESOURO NACIONAL. **Capacidade de Pagamento dos Estados e do Distrito Federal.** 19 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/f04a675e-4e5a-4e88-98de-acc3e22bf778/resource/c5bc2f34-78c7-4a31-86de-789dcbac8a81/download/CAPAGESTADOS202111.xlsx>>. Acesso em: 25 out. 2022.

TCE. **TCE emite parecer prévio pela desaprovação das Contas Anuais do Governo do Estado relativas a 2018.** Disponível em: <<https://www.tce.rn.gov.br/Noticias/NoticiaDetalhada/4157#gsc.tab=0>>. Acesso em: 25 out. 2022.

TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 9ª ed. Novembro de 2021.

TRIBUNA DO NORTE. **É impossível o equilíbrio em 2019.** 22 dez 2018. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-impossivel-o-equilibrio-em-2019/433906>>. Acesso em: 25 out. 2022.

TRIBUNA DO NORTE. **Governo conclui pagamento de salários atrasados da gestão passada.** 23 maio 2022. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governo-conclui-pagamento-de-salarios-atrasados-da-gestao-passada/539131>>. Acesso em: 25 out. 2022.